



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (UNIRIO)
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE (CCBS)
ESCOLA DE ENFERMAGEM ALFREDO PINTO (EEAP)

Discente: Leticia Freitas de Oliveira Rodrigues

Orientador(a): Cristiane Rodrigues da Rocha

Coorientador(a): -

Trabalho final da disciplina de Seminário de Pesquisa II, apresentado ao Curso de Enfermagem da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO.

Título: Possibilidades e limitações dos serviços de saúde que impactam o Planejamento Reprodutivo: Revisão Integrativa de Literatura.

RIO DE JANEIRO

2023

Artigo Original

Letícia Freitas de Oliveira Rodrigues

E-mail: leticiafreitasr@outlook.com

Qualificação curricular: Graduação de Enfermagem - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO).

Cristiane Rodrigues da Rocha

E-mail: cristiane.r.rocha@unirio.br

Qualificação Curricular: Professora Associada da EEAP-UNIRIO, Doutora em Enfermagem, Especialista em Obstetrícia.

CATEGORIA DO ARTIGO: Artigo de Revisão Integrativa de Literatura.

Possibilidades e limitações dos serviços de saúde que impactam o Planejamento Reprodutivo: Revisão Integrativa de Literatura.

Resumo: O planejamento reprodutivo é uma assistência incluída na Política de Atenção Integral à Saúde da Mulher, em que todo cidadão tem o direito do acesso igualitário às informações, sobre meios, métodos e técnicas para regulação da fecundidade. Para uma assistência eficaz, são necessárias três atividades realizadas de forma interligada, são elas: atividades educativas, acolhimento e atividade clínica. **Metodologia:** Trata-se de um estudo do tipo revisão integrativa de literatura com utilização dos descritores: “Mulheres”, “Anticoncepção”, “Planejamento Familiar” e “Serviços de Saúde”. Os critérios de inclusão foram artigos gratuitos e na íntegra, publicados nos últimos 10 anos e nos idiomas português, inglês e espanhol. **Resultados:** Evidenciou-se a ligação direta entre a qualidade do planejamento reprodutivo e aumento do conhecimento e adesão das mulheres quanto aos métodos contraceptivos. **Conclusão:** São necessárias mais pesquisas para que possamos entender os déficits dos serviços de saúde e assim, promover ações voltadas para esse tema **Palavras-Chave:** Mulheres, Anticoncepção, Planejamento Familiar e Serviços de Saúde.

Resumen: La planificación reproductiva es una asistencia incluida en la Política de Atención Integral a la Salud de la Mujer, en la cual cada ciudadano tiene derecho al acceso igualitario a la información sobre medios, métodos y técnicas para la regulación de la fecundidad. Para una asistencia eficaz, se requieren tres actividades realizadas de manera interconectada: actividades educativas, acogida y actividad clínica. **Metodología:** Se trata de un estudio del tipo revisión integrativa de literatura con el uso de los descriptores "Mujeres", "Anticoncepción", "Planificación Familiar" y "Servicios de Salud". Los criterios de inclusión fueron artículos gratuitos y en su totalidad, publicados en los últimos 10 años y en los idiomas portugués, inglés y español. **Resultados:** Se evidenció la conexión directa entre la calidad de la planificación reproductiva y el aumento del conocimiento y la adhesión de las mujeres a los métodos anticonceptivos. **Conclusión:** Se necesitan más investigaciones para comprender los déficits de los servicios de salud y, de esta manera, promover acciones dirigidas a este tema. **Palabras clave:** Mujer, Anticoncepción, Planificación Familiar y Servicios de Salud.

Abstract: Reproductive planning is an assistance included in the Comprehensive Women's Health Care Policy, in which every citizen has the right to equal access to information about means, methods, and techniques for fertility regulation. For effective assistance, three activities are necessary and interconnected: educational activities, reception, and clinical activity. **Methodology:** This is a literature integrative review study using the descriptors "Women," "Contraception," "Family Planning," and "Health Services." Inclusion criteria were free and full articles published in the last 10 years in Portuguese, English, and Spanish. **Results:** A direct connection was evidenced between the quality of reproductive planning and the increase in women's knowledge and adherence to contraceptive methods. **Conclusion:** Further research is needed to understand the deficits in health services and, thus, promote actions focused on this theme. **Keywords:** Women, Contraception, Family Planning and Health Services.

Introdução

A frequente ocorrência de gestações não planejadas é um problema enfrentado mundialmente, que muitas vezes ocorre por falta do conhecimento necessário acerca dos métodos contraceptivos disponíveis e sobre a utilização de forma correta. Segundo a Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde da Criança e da Mulher 2006, foi constatado que 53,9% dos nascimentos ocorridos nos últimos 5 anos foram desejados, 28,2% não foram planejados e 17,6% foram indesejados.¹ Tais dados demonstram um número significativo da falta de planejamento reprodutivo no Brasil e para controle da situação, é necessário que existam ações e políticas públicas e de saúde disponíveis para a população.

A Atenção à Saúde da Mulher passou por diversas evoluções ao longo do tempo, visto que foi incluída nas políticas públicas apenas no século XX e mesmo assim, era direcionada apenas para a gestação e parto, excluindo os outros temas relacionados à saúde das mulheres. Os programas elaborados nas décadas de 30, 50 e 70, apresentavam uma visão da mulher apenas como mãe, de forma que todos os cuidados direcionados a ela, fosse voltado para o tema. Esse contexto veio se modificando a partir de movimentos feministas que lutavam pelo cuidado da mulher como um todo, levando em consideração suas demandas e integralidade.²

A partir disso, em 1980 foi incluído nas ações de saúde os cuidados relacionados a todos os ciclos de vida da mulher e em 1984 foi criada a Política de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PAISM), onde foram incluídas ações educativas, preventivas, diagnóstico e tratamento, ofertando clínica ginecológica, climatério, IST's, câncer de colo de útero e mamas, o planejamento reprodutivo, entre outros.²⁻³

Com o planejamento reprodutivo sendo acrescentado ao PAISM, foi regulamentada a Lei 9.263 de 12 de janeiro de 1996, assegurando o planejamento familiar como direito de todo cidadão e sendo orientado a partir de ações educativas e garantindo o acesso igualitário de informações sobre meios, métodos e técnicas para regulação da fecundidade.⁴

No entanto, somente em 2005, foi criada a Política Nacional de Direitos Sexuais e Reprodutivos e implementada na Política Nacional de Planejamento Familiar, na qual assegura que todos os cidadãos tenham garantidos os direitos reprodutivos de decidirem se querem ou não ter filhos e em qual momento de suas vidas, ter acesso às informações acerca dos métodos conceptivos e contraceptivos e o direito de exercer sua sexualidade sem discriminação ou imposição. Quanto aos direitos sexuais, é assegurado o direito de expressar livremente a sexualidade, de escolher o parceiro sexual, escolher se quer ou não ter relações

sexuais, direito ao sexo seguro para prevenção de gravidez indesejada e de IST's, à informação e educação sexual e reprodutiva, entre outros.⁵

Segundo o Manual Técnico de Assistência em Planejamento Familiar, a atuação dos enfermeiros deve ter 3 tipos de assistências essenciais para que o planejamento reprodutivo seja eficaz. São elas: as atividades educativas, visando o estimular o conhecimento acerca de todos os métodos e suas formas de uso, além buscar reflexão também em relação a sexualidade; o aconselhamento onde, junto com a mulher ou o casal, seja analisado as características relacionadas ao estilo de vida e as demandas de forma que haja participação ativa dos mesmos nesse processo; a atividade clínica, envolvendo a anamnese, exame físico geral, avaliação ginecológica e, também, o estímulo quanto ao autoexame das mamas, realização da colpocitologia oncótica e a prescrição do método contraceptivo escolhido.⁶

É importante enfatizar que essas atividades necessitam ser realizadas em conjunto para que ocorra uma assistência integral. No entanto, as consultas de PR (planejamento reprodutivo) muitas vezes limitam à atividade clínica e apenas a oferta de métodos mais conhecidos como, por exemplo, o preservativo e pílulas anticoncepcionais, não sendo apresentado à mulher todas as opções disponibilizadas pelo Sistema de Saúde.

Isso demonstra que as atividades educativas e aconselhamento, ao serem deixadas de lado, limitam a assistência onde deveria ser abordado mais profundamente os métodos disponíveis, as reais demandas, riscos e benefícios, a forma correta de utilização dos métodos, além dos direitos sexuais e reprodutivos e temas relacionados à saúde da mulher. Esse déficit resulta em uma insuficiência na transmissão de informações para as mulheres, diminuindo o conhecimento delas acerca dos seus direitos e da participação e decisão livre da usuária sobre o método no qual exista maior identificação conforme suas demandas e circunstâncias de vida.

Em uma pesquisa realizada em 2018, na Unidade Básica de Saúde do município de Mangabeira-BA, foram entrevistadas seis enfermeiras e doze usuárias, onde obteve como resultado que apenas uma enfermeira relatou levar em consideração a preferência da usuária/companheiro, concedendo-lhes a liberdade de escolha, enquanto as outras enfermeiras entrevistadas relataram levar em consideração a história clínica e antecedentes patológicos.⁷

Com base nisso, o objeto de estudo se determina como “Conhecimento transmitido às mulheres sobre o planejamento reprodutivo nas unidades de saúde” Por sua vez, o objetivo é “Avaliar a influência da abordagem dos profissionais da saúde sobre o planejamento reprodutivo nos conhecimentos das mulheres”.

Em um estudo realizado, 34 (100%) mulheres reconheceram a importância do uso de métodos contraceptivos, porém 21(61,7%) engravidaram por “descuido”.⁸ Tais dados demonstram uma deficiência relevante na transferência dos conhecimentos relacionados ao planejamento reprodutivo, visto que a falta do mesmo ocasiona gestações não planejadas e o provável uso incorreto dos métodos contraceptivos, demonstrando que é indispensável que exista ações educativas e planejamento reprodutivo para que a contracepção se torne eficaz, com isso, essa pesquisa justifica-se como uma forma de análise das competências das políticas de saúde no exercício dos direitos reprodutivos e sexuais das mulheres.

Materiais e Métodos

Trata-se de um estudo de revisão integrativa de literatura. Segundo Mendes, Silveira e Galvão, a revisão integrativa tem como objetivo reunir e sintetizar pesquisas sobre determinado tema de forma sistemática para que haja um aprofundamento do conhecimento. Além disso, as autoras afirmam que a revisão integrativa de literatura serve como apoio para melhorar a prática clínica, visto que, é possível identificar lacunas de conhecimento que necessitam ser preenchidas a partir de novas pesquisas.⁹

Segundo o Manual Revisão Bibliográfica Sistemática Integrativa: a pesquisa baseada em evidências, a elaboração da revisão integrativa se divide em 6 etapas, sendo elas: identificação do tema e seleção da questão de pesquisa, estabelecimento dos critérios de inclusão e exclusão, identificação dos estudos pré-selecionados e selecionados, categorização dos estudos selecionados, análise e interpretação dos resultados e apresentação da revisão/síntese do conhecimento.¹⁰

Foi utilizada a estratégia de PICO (População, Fenômeno de Interesse e Contexto) para elaboração da questão norteadora, onde (P)= Mulheres, (I)= Abordagem do planejamento reprodutivo, (Co) = Serviços de Saúde. A partir disso, foi elaborada a seguinte questão norteadora: “Como tem sido abordado com as mulheres o planejamento reprodutivo nos Serviços de Saúde?”.

Para realização da busca de artigos, foram utilizadas as bases de dados PUBMED, SCIELO, WEB OF SCIENCE E SCOPUS. Para obter maiores resultados das bases citadas, foi utilizada a plataforma Capes Periódicos através do Acesso CAFe. Os descritores escolhidos a partir do Decs foram “Mulheres”, “Anticoncepção”, “Planejamento Familiar” e “Serviços de Saúde”, os descritores foram utilizados em inglês visando maior abrangência de busca.

Além dos descritores citados anteriormente, foi utilizado operador booleano AND, visando alcançar nas buscas, artigos que contemplem os quatro descritores, de forma a especificar os temas abordados nos estudos. A partir disso, foram utilizados os critérios de inclusão e exclusão para filtrar os resultados, para que assim, fosse realizado a leitura de títulos e resumos. A partir desta leitura, foram escolhidos estudos que seriam lidos na íntegra com o objetivo de selecionar os artigos que respondiam à questão norteadora e que seriam incluídos nesta revisão integrativa de literatura.

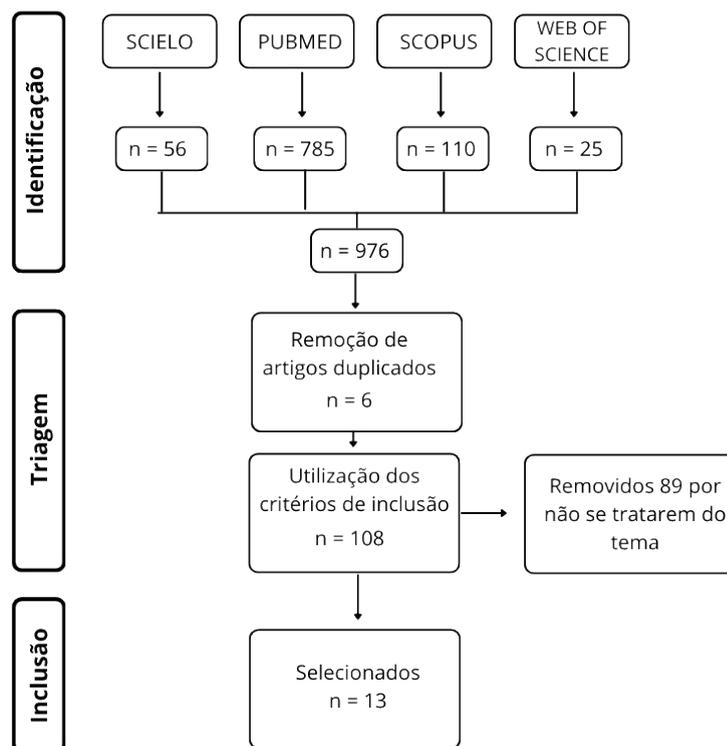
Os critérios de inclusão foram textos completos e gratuitos, com o idioma em português, inglês e espanhol, a fim de alcançar maior quantidade de resultados, publicações dos últimos 10 anos com a intenção de selecionar os estudos mais recentes, visto que, a sexualidade e anticoncepção são temas mutáveis ao longo dos anos. Além disso, foi usado como base o marco temporal, visto que, a Política Nacional de Planejamento Familiar foi criada em 2007. Os critérios de exclusão definidos foram artigos de opinião, artigos duplicados e pesquisas que não tratam do tema definido.

Como forma de avaliar o nível de evidência dos estudos selecionados, foi utilizada a categorização da Agency for Healthcare Research and Quality (AHRQ) dos Estados Unidos da América, que estabelece 7 níveis de evidência, sendo elas: (I) ensaios clínicos randomizados controlados, (II) ensaio clínico randomizado controlado bem delineado, (III) ensaios clínicos bem delineados sem randomização, (IV) estudos de coorte e de caso-controle bem delineados, (V) revisão sistemática de estudos descritivos e qualitativos, (VI) estudo descritivo ou qualitativo e (VII) opinião de autoridades e/ou relatório de comitês de especialistas.¹¹

Resultados

Foram realizadas buscas nas bases de dados e foram encontrados 976 resultados no total. Após a exclusão dos artigos duplicados e utilização dos critérios de inclusão e exclusão, foram selecionados e analisados 13 textos para inclusão no presente estudo. Na PubMed, Scopus, Scielo e Web Of Science foram selecionados respectivamente 7, 3, 2 e 1 resultando nos 13 artigos citados.

Tabela 1. Fluxograma da seleção de artigos. Brasil, 2023



Fonte: Elaborada por autores, adaptado de PRISMA. ¹²

A partir da categorização da Agency for Healthcare Research and Quality (AHRQ) dos Estados Unidos da América, foi realizado o delineamento e nível de evidência dos estudos selecionados, sendo 38% (5) com o nível de evidência 6, 30% (4) com o nível 3, 23% (3) com o nível 4 e 7% (1) com o nível 5.

Tabela 1. Delineamento e nível de evidência dos estudos. Brasil, 2023

Estudo	Delineamento	Nível de Evidência
Laís Norberta Bezerra de Moura et al., 2014	Estudo transversal	IV
María Isabel Lalinde ángel et al., 2013	Estudo descritivo	VI
Marcela Gómez-Suárez et al., 2019	Revisão sistemática de estudos mistos	V
Jill M Peterson et al., 2022	Estudo descritivo	VI
Kyung-Sook Bang et al., 2018	Desenho pré-teste-pós-teste	III
Mohammed Imtisha et al., 2023	Estudo transversal	IV
Elizabeth Peach et al., 2021	Estudo de coorte	IV

M Antonia Biggs et al., 2019	Estudo qualitativo	VI
Mahesh C Puri et al., 2020	Estudo qualitativo	VI
Juliet Nabirye et al., 2020	Modelo de regressão de Poisson	III
Fauzia Akhter Huda et al., 2019	Estudo quase experimental	III
Anjali Bansal et al., 2022	Estudo quantitativo com uso de regressão log-log	III
Kibira, Simon P. S. et al, 2015	Estudo qualitativo	VI

Fonte: Elaborada por autores

Quanto à localização dos artigos selecionados, 5 (38,46%) são do continente africano, 3 (23%) da Ásia, 3 (23%) da América do Sul, sendo 2 da Colômbia e 1 do Brasil, 2 (15,3%) da Oceania e 1 (7,6%) da América do Norte. Acerca dos idiomas dos estudos, a maior parte foi encontrada em Inglês, sendo eles 12 (92,3%), 1 (7,6%) em Português, não houve artigos em Espanhol.

Em relação aos objetivos, os artigos em geral buscam compreender e analisar a atuação dos profissionais de saúde que oferecem o planejamento reprodutivo e como o acesso a essa política de saúde tem sido aproveitada pelas mulheres. Nos resultados, os pontos principais abordados pelos estudos selecionados, foi o nível de satisfação das mulheres quanto ao acesso ao aconselhamento em Serviços de Saúde e a maneira que afetou ou não nos conhecimentos e adesão das mesmas quanto aos métodos contraceptivos disponíveis.

Quadro 1: Resumo de informações dos artigos selecionados quanto ao título, autor, ano, população-alvo, objetivos e resultados. Brasil, 2023.

Título/ Autor	Ano	Participantes/ Objetivo	Resultados
Planejamento familiar: uso dos serviços de saúde por jovens com experiência de gravidez / Laís Norberta Bezerra de Moura e Keila Rejane Oliveira Gomes	2014	464 jovens que finalizaram uma gravidez no primeiro trimestre de 2006, quando tinham entre 15 e 19 anos de idade/ Objetivou-se analisar o uso de serviços de planejamento familiar por jovens com experiência de gravidez.	Profissionais de saúde foram a fonte de informação mais comum sobre sexualidade (37,5%), embora 7,7% das jovens não tivessem nenhuma fonte de informação. As principais razões para não buscar o serviço especializado incluíam a distância (26,3%) e a satisfação

			com a assistência no posto de saúde atual (13,2%).
Characteristics of users of the Birth Control program. 2007 National Health Survey, Colombia / María Isabel Lalinde ángel et al.	2013	2.033 mulheres usuárias de Instituições Prestadoras de Serviços de saúde de Colômbia / Caracterizar a utilização dos métodos de planejamento familiar de mulheres usuárias de Instituições Prestadoras de Serviços de saúde de Colômbia	89% das mulheres afirmaram ter recebido informações sobre os diferentes métodos de PF. Os métodos hormonais foram os mais utilizados com 60,3% (30% injeção e 30,3% pílula), seguido do método de barreira (22,9%), sendo o DIU o preferido com 19,1%, e os métodos permanentes com 12,5%, sendo 10,9% de laqueadura tubária.
Acesso a serviços de saúde sexual e reprodutiva para mulheres que vivem com HIV na América Latina e no Caribe: revisão sistemática da literatura / Marcela Gómez-Suárez et al.	2019	Mulheres que vivem com HIV (MVHIV) / Sintetizar as evidências da literatura sobre o uso e o acesso aos Serviços de Saúde Sexual e Reprodutiva relacionados ao planejamento familiar, cuidados pré-natais, serviços de aborto e violência contra MVHIV na ALC.	Barreiras institucionais, como a falta de aconselhamento sobre planejamento familiar para MVHIV foram identificadas, problemas relacionados à oferta e disponibilidade de métodos contraceptivos além dos preservativos.
O papel e a perspectiva do provedor na negação de serviços de planejamento familiar às mulheres no Malawi: um estudo de métodos mistos / Jill M Peterson et al.	2022	57 prestadores de PF de 30 unidades de saúde./Avaliar o papel e a perspectiva do prestador na rejeição de clientes em três distritos do Malawi	60% dos prestadores exigiam que as clientes que desejassem contraceptivos orais ou injetáveis e PF estivessem atualmente menstruadas. Os motivos mais comuns para a recusa incluíam a gravidez da cliente ou a suspeita de gravidez. Os prestadores expressaram preocupação de que iniciar o PF com uma mulher grávida poderia gerar desconfiança na eficácia da contracepção moderna na comunidade.
Effects of a Community Outreach Program for Maternal Health and	2018	2.576 Mulheres etíopes em idade reprodutiva (15 a 49 anos)/ Examinar os efeitos	O grupo de intervenção experimentou um aumento significativo no

<p>Family Planning in Tigray, Ethiopia / Kyung-Sook Bang et al.</p>		<p>de um programa de extensão comunitária para a saúde materna em Tigray, Etiópia, no conhecimento das mulheres sobre gravidez, parto, cuidados pós-parto e planejamento familiar, e avaliamos a sua participação em cuidados pré-natais, exames pós-parto, partos institucionais e uso de contraceptivo</p>	<p>conhecimento sobre tópicos relacionados à gravidez, trabalho de parto, parto, cuidados pós-natais, cuidados básicos com o recém-nascido e planejamento familiar após a intervenção. Por outro lado, o grupo de comparação apresentou uma diminuição desse conhecimento, com exceção do tópico de planejamento familiar. .</p>
<p>Preditores de conhecimento, atitude e prática em relação ao planejamento familiar (PF) entre mulheres grávidas em Fiji / Mohammed Imtisha et al.</p>	<p>2023</p>	<p>240 mulheres grávidas adultas atendidas na Clínica Pré-natal do Ba Mission Hospital (BMH), Fiji. / Este estudo teve como objetivo determinar os preditores de Conhecimento, Atitude e Prática em relação ao Planejamento Familiar (PF) entre mulheres grávidas de Fiji.</p>	<p>Este estudo mostrou que os participantes de Fiji tinham conhecimentos moderados, atitudes positivas e boas práticas em relação à PF. Em relação ao conhecimento sobre PF, o escore médio de conhecimento sobre PF foi de 14,95 (\pm 3,15), categorizado como moderado.</p>
<p>Fatores de risco e conhecimento associados a altas taxas de gravidez indesejada e baixo uso de planejamento familiar entre mulheres grávidas em Papua Nova Guiné / Elizabeth Peach et al.</p>	<p>2021</p>	<p>699 mulheres grávidas que frequentavam múltiplas clínicas pré-natais./ Gerar resultados para informar estratégias de saúde pública para facilitar o melhor acesso e a adoção de uma série de opções de PF e reduzir as gravidezes indesejadas.</p>	<p>Cerca de 59% das mulheres conheciam pelo menos um método moderno, mas apenas 18% haviam realmente utilizado um método moderno. O motivo mais comum para não usar PF, relatado por 55% mulheres, foi a falta de conhecimento sobre o PF e como acessá-lo.</p>
<p>Perspectivas de mulheres jovens sobre o aconselhamento contraceptivo recebido durante a consulta de contracepção de emergência/ M Antonia Biggs et al.</p>	<p>2019</p>	<p>22 mulheres de 15 a 25 anos de idade que acessaram a CE em duas clínicas de atendimento a jovens na área da baía de São Francisco. /Compreender as experiências das mulheres no acesso aos serviços de</p>	<p>A maioria das entrevistadas teve experiências positivas. Expressaram apreço por receberem informações abrangentes sobre outros métodos de contracepção sem pressão, julgamento</p>

		contracepção de emergência (CE) e até que ponto os prestadores apoiam a tomada de decisões contraceptivas autónomas das mulheres é limitada.	ou expectativa de que adotassem um método específico. Apontaram a influência de experiências negativas anteriores, levando-as a evitar o acesso a futuros serviços de saúde reprodutiva.
Investigando a qualidade do aconselhamento sobre planeamento familiar como parte dos cuidados pré-natais de rotina e seu efeito na escolha do método contraceptivo pós-parto pretendido entre mulheres no Nepal / Mahesh C Puri et al.	2020	24 mulheres grávidas que compareceram a pelo menos 2 consultas de CPN num dos / Investiga a qualidade dos serviços de aconselhamento sobre PF prestados durante as consultas de CPN e as percepções das mulheres sobre a sua eficácia em ajudá-las a tomar uma decisão de planeamento familiar pós-parto	A maioria das mulheres relatou não ter recebido informações completas sobre PF. Relataram falta de tempo com os prestadores de saúde, atrasos nas consultas, ausência de informações abrangentes, educação e aconselhamento relacionados ao PF.
Oportunidades perdidas de aconselhamento sobre planeamento familiar entre mulheres soropositivas que recebem cuidados de HIV no Uganda / Juliet Nabirye et al.	2020	2.760 mulheres soropositivas com idades compreendidas entre os 15 e os 49 anos que não estavam grávidas e não pretendiam ter filhos no futuro/ Determinar a proporção de mulheres soropositivas inscritas em cuidados de VIH que faltaram ao aconselhamento de planeamento familiar (PF) e avaliar se existia alguma associação entre a recepção de aconselhamento sobre PF e o uso actual de contracepção moderna para informar a programação.	Mulheres soropositivas que receberam qualquer aconselhamento sobre PF tiveram uma probabilidade significativamente maior de relatar o uso atual de contracepção moderna em comparação com aquelas que não receberam aconselhamento.
O efeito de um clube em fazer diferenças no conhecimento, atitude e práticas sobre planeamento familiar entre adolescentes casadas em favelas urbanas em Bangladesh	2019	1.601 mulheres casadas com idades compreendidas entre os 14 e os 19 anos / Avaliar a eficácia de um clube de meninas adolescentes casadas na redução da necessidade não satisfeita de planeamento familiar entre adolescentes casadas.	A intervenção afetou positivamente o conhecimento e as práticas dos métodos de PF entre as adolescentes casadas nas áreas de intervenção em comparação com as

/ Fauzia Akhter Huda et al.			adolescentes casadas nas áreas de controle.
Papel dos serviços de saúde materno-infantil na utilização de contraceptivos na Índia: uma abordagem do calendário reprodutivo / Anjali Bansal et al.	2022	Mulheres atualmente casadas na Índia / Compreender se os serviços de materno-infantil (SMI) têm impacto no uso subsequente de contraceptivos nos 12 meses a partir do nascimento do último filho, utilizando o calendário reprodutivo.	Apenas um quarto das mulheres adotaram métodos contraceptivos modernos nos 12 meses após o último parto. Além disso, mulheres que utilizaram os serviços materno-infantil tiveram uma probabilidade maior de adotar contraceptivos mais cedo.
“Passei um mês inteiro sangrando, pensei que fosse morrer...” Um estudo qualitativo de experiências de mulheres que usam contraceptivos modernos no distrito de Wakiso, Uganda / Kibira, Simon P. S. et al.	2015	30 mulheres que usaram contraceptivos modernos durante pelo menos um ano no distrito de Wakiso, centro de Uganda./ Este estudo explorou as experiências das mulheres durante o uso de contraceptivos.	Os relatos negativos dominaram as experiências da maioria das mulheres. Uma das causas da interrupção do uso dos anticoncepcionais eram percepções errôneas acerca dos métodos. Quase todas as mulheres destacaram a importância do aconselhamento profissional fornecido por profissionais de saúde na tomada de decisões sobre o uso de contraceptivos.

Fonte: Elaborado por autores.

Discussão

Os resultados obtidos nos mostraram principalmente sobre a atuação dos profissionais da saúde no PR, com seus pontos positivos e também os que apresentavam déficit. Dessa forma, foi possível observar que existe uma ligação direta entre a qualidade do aconselhamento de planejamento reprodutivo e aumento do conhecimento e adesão das mulheres quanto ao uso dos métodos contraceptivos.

Um estudo realizado em 2019, entrevistou 22 mulheres de 15 a 25 anos que acessaram a contracepção de emergência em duas clínicas de atendimento a jovens na área da baía de São Francisco e foi observado que a maioria das usuárias relataram experiências positivas com o aconselhamento, pois receberam orientações quanto aos métodos

contraceptivos disponíveis sem que sofressem nenhum tipo de julgamento de valor, pressão ou qualquer expectativa de adesão. Dessa forma, as mesmas sentiram-se mais confiantes em retornar ao Serviço de Saúde e em optar por algum método, diferente das mulheres que vivenciaram experiências negativas.¹³

Outro estudo que relacionou uma experiência positiva com o aumento da utilização dos métodos foi realizado na Índia para compreender se os serviços de materno-infantil têm impacto no uso subsequente de contraceptivos nos 12 meses a partir do nascimento do último filho. Concluiu-se que mulheres que utilizaram os serviços materno-infantil estão mais expostas ao acesso de planejamento reprodutivo e que as mesmas apresentaram maior probabilidade de adotar contraceptivos mais cedo.¹⁴

A partir da análise dos estudos realizados, é possível refletir sobre como as experiências vivenciadas pelas mulheres nos Serviços de Saúde, podem servir como motivação ou não para o retorno. Muitas vezes nos serviços de aconselhamento do PR, os profissionais não informam sobre a disponibilidade dos diversos métodos contraceptivos, suas indicações e formas de uso. Além de desconsiderar os desejos da usuária, retiram da mesma o exercício de tomada de decisão e o direito de participar ativamente do seu planejamento reprodutivo. Tal atitude, além de causar afastamento das mulheres dos Serviços de Saúde, também induz o desconhecimento acerca do uso, indicações e disponibilidade dos métodos contraceptivos.

Quanto a possíveis experiências negativas, o resultado citado anteriormente é corroborado por Mahesh C. Puri et al., na realização de uma intervenção que procurava integrar o aconselhamento sobre PF nos serviços de maternidade e introduzir a inserção de DIU no pós-parto em 6 hospitais públicos, porém apesar da intervenção, a maioria das mulheres relataram falta de tempo com os prestadores de saúde, atrasos nas consultas, ausência de informações abrangentes, educação e aconselhamento relacionados ao PF. A partir disso, as usuárias afirmaram que as informações incompletas dificultaram a tomada de decisão, de forma que dependiam das informações recebidas por amigos e familiares, que nem sempre estavam corretas.¹⁵

Já em 2022, foram entrevistados 57 prestadores de planejamento reprodutivo de 30 unidades de saúde do Malawi, com o objetivo de avaliar os motivos de rejeição de clientes por parte dos profissionais. Nesta pesquisa foi constatado que 12% dos prestadores expressaram desconforto em prestar aconselhamento de PR para mulheres com menos de 18 anos e sem filhos, com a justificativa que “ela deveria ter filhos” e “ela não deveria estar fazendo sexo”. Tais afirmações demonstram mais uma vez a falha dos Serviços de Saúde

visto que os desejos e direitos da mulher de escolher quando e se deseja ter filhos são negados.¹⁶

Quanto à adesão dos métodos contraceptivos, os resultados apresentam divergências a depender da qualidade do acesso aos serviços de saúde. Uma pesquisa realizada com mulheres grávidas na Papua Nova Guiné, constatou-se que das 440 mulheres entrevistadas, metade relatou nunca ter utilizado qualquer método de PF. O motivo mais comum para não usar PF, relatado por 55% mulheres, foi a falta de conhecimento sobre o PF e como acessá-lo.¹⁷

Já em 2019 foi realizado um estudo nas favelas urbanas de Bangladesh, para avaliar a eficácia de um clube de mulheres adolescentes casadas na redução de necessidades não satisfeitas de planejamento familiar e obteve como resultado que a intervenção revelou uma diferença significativa nas atitudes quanto a utilização dos métodos contraceptivos e no conhecimento das adolescentes em comparação a um grupo de controle, que não teve acesso ao clube.¹⁸ A partir dessa pesquisa, podemos observar a importância de grupos e rodas de conversas de teor educativo e de aconselhamento promovidas pelos profissionais de saúde, de forma que as participantes tenham um espaço para sanar suas dúvidas, compartilhar experiências e absorver informações abrangentes acerca dos métodos contraceptivos e o planejamento reprodutivo.

O déficit nos serviços de saúde de planejamento reprodutivo, além de afetar diretamente no conhecimento e adesão das mulheres, também gera desinformação quanto aos métodos contraceptivos, visto que, com a lacuna do acesso ao aconselhamento, muitas mulheres buscam informações sobre métodos contraceptivos de maneira informal, a partir de amigos e familiares.

Em uma pesquisa realizada em 2015 na Uganda, 30 mulheres foram entrevistadas com o objetivo de explorar suas experiências quanto ao uso dos métodos contraceptivos e algumas mulheres justificaram a interrupção do uso utilizando razões consideradas como errôneas a partir de informações da comunidade, amigos e familiares, como por exemplo: infertilidade com o uso prolongado, miomas e cânceres uterinos. Uma das mulheres relatou que interrompeu o uso de pílulas anticoncepcionais pois acreditava que os mesmos poderiam se fixar em seu estômago e formariam uma “bola” na região estomacal. Na mesma pesquisa, algumas mulheres expressaram confiança no aconselhamento profissional, o julgando como o mais relevante no momento da escolha do método utilizado.¹⁹ A partir desses relatos, podemos observar de forma clara os prejuízos causados às mulheres e a comunidade pela falta de informação e acompanhamento profissional adequado.

Conclusão

Diante do exposto, é possível concluir que ainda existem muitas lacunas na oferta do planejamento reprodutivo, resultando em um prejuízo para a saúde reprodutiva das mulheres, pois a assistência ineficaz acarreta o uso inadequado dos métodos e conseqüentemente, à gestações não planejadas que podem apresentar riscos de saúde para a mãe e ao bebê.

Como citado anteriormente, foi encontrado apenas 1 (um) artigo sobre esse tema aqui no Brasil, sendo de 2013, a partir disso, podemos avaliar que existe uma grande necessidade de mais pesquisas para que possamos entender realmente os déficits dos serviços de saúde e assim, diminuir as barreiras de acesso e promover mais ações de saúde voltadas para esse tema, garantindo então a saúde reprodutiva das mulheres e dos direitos sexuais e reprodutivos.

Diminuir a barreira de acesso e promover o planejamento reprodutivo nas unidades de saúde é fundamental para a melhoria da saúde materna, infantil e familiar, além de contribuir para o desenvolvimento sustentável e o bem-estar geral das comunidades. Ele não apenas previne gestações não planejadas, mas também desempenha um papel vital na promoção da igualdade de gênero e empoderamento das mulheres.

Referências Bibliográficas

1 - Ministério da Saúde. PNDS - Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde. Gov.br. Brasília, DF, 2009. Citado em: 20/04/2023. Disponível em:

<https://bvsms.saude.gov.br/bvs/pnds/>

2 - Ministério da Saúde. Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher. Brasília, DF: O ministério; 2004.

3 - Ministério da Saúde. Assistência integral à saúde da mulher: base programática. Brasília, DF: O ministério, 1984. Disponível em:

https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/assistencia_integral_saude_mulher.pdf

4 - Brasil. Lei Nº 9.263 de 12 de janeiro de 1996. Regula o § 7º do art. 226 da Constituição Federal, que trata do planejamento familiar, estabelece penalidades e dá outras providências. Brasília, DF, 1996. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19263.html

5- Ministério da Saúde. Direitos sexuais, direitos reprodutivos e métodos contraceptivos. Brasília, DF, 2006. Disponível em: https://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/direitos_sexuais_reprodutivos_metodos_anticoncepcionais.pdf

6 - Ministério da Saúde. Assistência do planejamento familiar: manual técnico. p. 11-12. Brasília, DF, 2002. Citado em: 19/04/2023. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/bvsmis/resource/pt/mis-1698>

7- Bezerra E de J, Almeida TSC, Passos NCR, Paz CT, Borges-Paluch LR. Planejamento Reprodutivo na estratégia saúde da família: Estudo qualitativo sobre a dinâmica de atendimento e os desafios do programa. *Arquivos de Ciência da Saúde UNIPAR*. 2018;22(2). Disponível em: <http://dx.doi.org/10.25110/arqsaude.v22i2.2018.6349>

8- SARDINHA, A. S, et al. Levantamento das causas da gravidez em mulheres atendidas na unidade básica de saúde São João Evangelista, Paracatu - MG. *Revista de Medicina da Faculdade de Atenas de Paracatu - MG, Paracatu - MG, Paracatu, 2014.*

9 - Mendes KDS, Silveira RC de CP, Galvão CM. Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. *Texto e Contexto Enfermagem*. 2008;17(4):758–64. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-07072008000400018>

10 - Grupo Anima Educação. Manual Revisão Bibliográfica Sistemática Integrativa: a pesquisa baseada em evidências. Belo Horizonte: Grupo Anima Educação; 2014.

11 - Galvão CM. Níveis de evidência. *Acta Paulista de Enfermagem*. 2006;19(2):5–5. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/s0103-21002006000200001>

12 - Page MJ, Moher D, Bossuyt PM, Boutron I, Hoffmann TC, Mulrow CD, et al. PRISMA 2020 explanation and elaboration: updated guidance and exemplars for reporting systematic reviews. *BMJ*. 2021;n160. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1136/bmj.n160>

13 - Biggs MA, Kimport K, Mays A, Kaller S, Berglas NF. Young women's perspectives about the contraceptive counseling received during their emergency contraception visit. *Women's Health Issues*. 2019;29(2):170–5. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1016/j.whi.2018.09.004>

14 - Bansal A, Shirisha P, Mahapatra B, Dwivedi LK. Role of maternal and child health services on the uptake of contraceptive use in India: A reproductive calendar approach. *PLoS One*. 2022;17(6):e0269170. Disponível em:

<http://dx.doi.org/10.1371/journal.pone.0269170>

15 - Puri MC, Moroni M, Pearson E, Pradhan E, Shah IH. Investigating the quality of family planning counseling as part of routine antenatal care and its effect on intended postpartum contraceptive method choice among women in Nepal. *BMC Womens Health*. 2020;20(1). Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1186/s12905-020-00904-y>

16 - Peterson JM, Bendabenda J, Mboma A, Chen M, Stanback J, Gunnlaugsson G. The provider role and perspective in the denial of family planning services to women in Malawi: A mixed-methods study. *International Journal of Environmental Research and Public Health*. 2022;19(5):3076. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.3390/ijerph19053076>

17 - Peach E, Morgan C, Scoullar MJL, Fowkes FJI, Kennedy E, Melepie P, et al. Risk factors and knowledge associated with high unintended pregnancy rates and low family planning use among pregnant women in Papua New Guinea. *Scientific Reports*. 2021;11(1). Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1038/s41598-020-79103-6>

18 - Huda FA, Mahmood HR, Ahmmed F, Ahmed A, Hassan AT, Panza A, et al. The effect of a club in making differences in knowledge, attitude, and practices on family planning among married adolescent girls in urban slums in Bangladesh. *Int J Environ Res Public Health*, 2019;16(20):4037. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.3390/ijerph16204037>

19 - Kibira SPS, Muhumuza C, Bukenya JN, Atuyambe LM. “I spent a full month bleeding, I thought I was going to die...” A qualitative study of experiences of women using modern contraception in Wakiso district, Uganda. *PLoS One*, 2015;10(11):e0141998. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1371/journal.pone.0141998>